

A abordagem de risco nas notícias de meio ambiente

Rarissa Urruth Grissutti¹

Roberto Villar Belmonte²

Resumo: Este artigo apresenta projeto de pesquisa de conclusão de curso sobre a cobertura ambiental do Portal de Notícias G1 à luz da abordagem de risco. Com base em estudos acerca da Comunicação de risco e na aplicação do caráter de risco ao Jornalismo Ambiental, servindo para esse como um valor-notícia na divulgação de informações. Busca-se analisar a forma que é feita a divulgação de notícias em determinado período no site G1, um dos principais meios de informação na internet atualmente no país.

Palavras-Chave: Risco. Meio Ambiente. Jornalismo Ambiental. Silenciamento. Valor-notícia.

1. Introdução

Com a compreensão de que desastres e crimes ambientais ocorrem muito por não existir a denúncia pública de irregularidades ligadas aos grandes empreendimentos e empresários de diversos setores do país, passa-se a analisar a postura do Jornalismo ao cobrir a pauta ambiental. Segundo Loose, Camana e Belmonte (2017) procura-se explicar que a abordagem de riscos é um dever do fazer jornalístico quando se trata da editoria ambiental. Apontando não somente culpados, vítimas e danos, mas também a precaução e o alarme social quanto ao que ocorre e pode ocorrer.

Conforme aponta Girardi (2012), a busca pelo fazer jornalístico aplicado ao ambientalismo e a ecologia necessita de uma cobertura ampla e plural, dando voz aos mais diversos personagens que formulam este conceito. Dessa forma, Massierer (2011) também pontua que a formação social a partir do tratamento da pauta ambiental requer atenção na produção de informações. Ainda assim, a autora ressalta que nas redações, a ordem

¹ Estudante de Jornalismo do Centro Universitário Ritter dos Reis – UniRitter, rarissa.grissutti@gmail.com

² Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, professor de Jornalismo no Centro Universitário Ritter dos Reis – UniRitter. Integrante do Grupo de Pesquisa Jornalismo Ambiental (CNPq/UFRGS). rvillar21@gmail.com

atualmente segue a rapidez da informação, a factualidade e, assim, a rasa contextualização. Também pela escassez de profissionais que se especializam sobre uma temática, faz com que o espaço para abordagens contextualizadas fique cada vez menor e menos marcante.

Quanto a isso, atenta-se para a ideia de um Jornalismo comprometido com a sociedade e com os fatores que podem impactar esta. Dessa forma, ao elencar os pontos que transformam fatos em notícia, segundo Traquina (2013), faz prevalecer a tabela de valores-notícia, um conjunto de ocorrências que agem como parâmetros para a construção social do fazer jornalístico.

Assim, busca-se examinar a aplicabilidade da abordagem de riscos ao longo dos textos jornalísticos analisados e também a falta de dados como uma forma de silenciamento acerca da pauta ambiental, que demanda da contextualização de fatos, além da utilização de valor-notícia como relevância na publicação de notícias.

2. Jornalismo Ambiental

Para Massierer (2011), os aspectos gerais da cobertura jornalística seguem a rotina e o formato dos veículos de comunicação na construção noticiosa, considerando fatores como a linguagem que corresponde ao veículo, as experiências sociais e intelectuais dos repórteres, questões financeiras, tempo de produção da pauta e espaço disponível para a publicação. Assim, conforme aponta Hannigan (1995), a produção jornalística que trata de meio ambiente prende-se às fontes especializadas, já que os próprios repórteres não têm tempo e não são especializados em tal demanda para aprofundar a pesquisa, consumindo concepções de especialistas e destacando fontes oficiais acerca de questões ambientais.

A contextualização de fatos e acontecimentos são um dos princípios apontados para o tratamento da pauta ambiental. Segundo GIRARDI, LOOSE E BAUMONT (2011, p. 12), “[...] o Jornalismo Ambiental tem como critérios a incorporação da visão sistêmica, a ampliação dos números de fontes da área a serem consultadas, a profundidade do conteúdo e a abordagem qualificada das notícias de meio ambiente.”

Conforme Massierer (2011), a formação social sobre meio ambiente não pode prender-se somente aos desastres e mortes, o que desenvolve publicações noticiosas voltadas para as fontes oficiais, tratadas com superficialidade e sensacionalistas, mas sim também aos fatores que constituem a situação: os interesses, os riscos, a forma como atinge a sociedade e as diferentes causas do ocorrido.

Tendo em vista a prestação de serviço como um papel do Jornalismo, as pautas ambientais deveriam ser tratadas de forma a reformular a produção de notícias, já que essas

são complexas, por tratar de todos os âmbitos sociais, estando ligadas as formas como o homem sobrevive, conforme aponta Baccheta (2000 apud GIRARDI; LOOSE; BAUMONT, 2011).

Ainda assim, o tratamento dado ao meio ambiente nas editorias dos veículos de comunicação segue os padrões de produção institucionalizados pelos jornalistas e pela organização. Sobre isso, Hannigan (1995) ressalta que mesmo ocorrendo fatores que possam influenciar na produção, o que é visto na mídia é resultado da rotina organizacional já caracterizada nos jornalistas dentro das redações. Massierer (2011) também conclui que o padrão seguido para o fazer jornalístico segue a industrialização de notícias.

Segundo a autora, cabe acrescentar que um novo olhar ao Jornalismo em si, não somente a editoria de ambiental, requer uma formatação que dialogue com a formação social a partir da profundidade de notícias, do tratamento apurado e a especialização de repórteres, o que hoje se tornou menos comum nas redações.

Sobre isso, Girardi (2012) defende que a estruturação da notícia hoje prende-se a objetividade e transforma o que seria o ciclo natural de fala das vozes envolvidas em determinado fato por fontes oficiais, que legitimem o que é informado mesmo que haja outro lado a ser visto. Os autores trabalham com a ideia de formular um caminho para o Jornalismo Ambiental e a cobertura de fatos que tratem de meio ambiente e ecologia, sugerindo a reformulação da rotina jornalística a respeito desta tratativa, impondo o caráter de prestação de serviço e Educação Ambiental, abordando diferentes fontes, aprofundando-se numa cobertura de fôlego, com dados especializados, com abordagem voltada para a precaução de risco e de acordo com a transdisciplinaridade que requer o assunto.

Quanto ao pensamento sistêmico, incorpora-se a esse pressuposto a realização do fazer jornalístico sem distinção de espaço, ocupando as diversas categorias/editorias informativas, buscando a pluralidade de vozes e que seja fiel a multidisciplinaridade da temática que, conforme Baccheta (2000 apud GIRARDI; LOOSE; BAUMONT, 2011), entende-se pela organização do meio ambiente na cobertura noticiosa, que deve dar conta de enxergar o tema como um assunto relevante de todas as áreas e de grande interesse social. A cobertura ambiental deve ser voltada para esse parâmetro, segundo o autor, é a forma de melhor atender ao compromisso social que constitui o princípio do Jornalismo.

Como uma preocupação da construção de um modelo que sirva de entendimento para a cobertura ambiental, Girardi (2012), aponta a perspectiva do jornalista como uma forma a ser revista para a construção de narrativas noticiosas de profundidade, que deem conta de informar não somente o fato, mas também caracterizar os fatores que levaram ao ocorrido.

Segundo os autores “[...] a sociedade precisa ser confrontada com a abordagem sobre fatores que, interligados, dão origem aos graves problemas socioambientais na construção da cidadania ambiental.” (GIRARDI, 2012, p. 139).

Ainda sobre o fazer jornalístico e o profissional que cobre os assuntos e temas ambientais, os autores ressaltam a importância de uma vigilância quanto ao formato de construção noticiosa, atentando para pontos distintos dos já vistos. Permeando o despertar do interesse do leitor, com conteúdo convidativo e que não se apresente como um conteúdo didático, mas que ainda assim, não se afirme de forma a espetacularizar a notícia, levando o texto noticioso para um formato que supere uma simples maneira de reproduzir porta-vozes e fontes oficiais.

Conforme Girardi (2012) as construções observadas, ao longo de estudos voltados para a temática, são justamente de um Jornalismo que deixa a desejar no que seria o caminho para atestar veracidade a um fazer comprometido com a sociedade. Os autores citam exemplos de trabalhos onde acompanharam a rotina das coberturas em diferentes perspectivas regionais e o resultado torna-se a cobertura factual, objetiva, sem pluralidade e com o extremo uso de fontes oficiais. Assim como observado por Massierer (2007), que conclui sobre uma cobertura jornalística ambiental voltada para a rotina imposta pelas redações e o fazer jornalístico que se prende ao objetivo e que não se aprofunda na temática.

Ao não contextualizar os fatos na temática ambiental, o jornalista passa a informar superficialmente e afirma um enfoque que não diz mais do que o próprio fato ocorrido. Sem fornecer subsídio suficiente para a sociedade compreender a complexidade dos fatos acerca do meio ambiente, o que contradiz o que se aplica ao Jornalismo Ambiental. Sobre isso, Hannigan pontua:

[...] ao centrar a cobertura em acontecimentos discretos, em vez de nos contextos em que eles ocorrem, os meios de comunicação social tendem a dar aos consumidores de notícias a impressão de que os indivíduos ou corporações errantes, são responsáveis por esses acontecimentos em vez das políticas institucionais e dos desenvolvimentos sociais. (HANNIGAN, 1995, p. 89).

Com isso, o Jornalismo Ambiental, como o fazer jornalístico demanda, tem características educativas, de compromisso social e, principalmente com a apresentação da complexidade aplicada à temática para a sociedade. Seguindo preceitos que dizem sobre abordagem de precaução de riscos, transdisciplinaridade de temas e construção do atual sistema global.

3. Riscos

Para abordar a questão de risco é necessário analisar a sociedade como um todo e traçar uma linha mental que revele as inúmeras mudanças organizacionais de poder e desenvolvimento do planeta. Conforme aponta Beck (2011), a sociedade de risco se configura por diversos setores da sociedade, que levam ao cenário da atualidade, onde os riscos deixam de ser vistos como na antiguidade, quando eram encarados como aventuras e ações de ousadia, e passam a serem conceituados como de autodestruição.

Seguindo o pensamento de Beck (2011), ao elaborar o conceito de sociedade de risco, vê-se a necessidade de atribuir a desigualdade social como o ponto mais expressivo para a formação de uma sociedade ligada ao risco e aos meios que o criam. Para isso, pode-se utilizar o exemplo do país. No Brasil as classes sociais mais afetadas pelas condições de risco são aquelas que se veem sem escolha de moradia, ocupando por vezes áreas perigosas em morros, como as encostas e regiões onde a probabilidade de ocorrer um desastre ambiental é maior do que em locais mais seguros, degradando o espaço e colocando a vida em risco.

Para esse exemplo, Bachmann (2009 apud DELEVATI, 2012) atribui à categorização de riscos do estado industrial do bem-estar (chamados novos riscos), que dizem dos riscos que são atribuídos ao coletivo, que atingem a população e a forma de vida social. Ainda, para o autor existe a categorização de riscos tradicionais, que são os riscos aceitos pela decisão individual que objetiva o ganho.

Sobre isso, Beck (2011) também pontua que a população formada a base do risco, onde o desenvolvimento tecnológico, industrial e demais atividades humanas colaboram para um ambiente desigual, também acrescentam o conceito do medo. De forma mais simplificada, o risco que hoje está presente na sociedade e é feito por esta gera consequentemente a sensação de medo.

A identificação da ligação risco e consumo é hoje uma realidade perigosa que afeta a sociedade, conforme Beck (2011). Para o autor, isso é fator resultante da relação de exploração da natureza, com o uso irracional de recursos naturais e que ainda segue o pensamento do passado, onde a oposição homem e natureza serve como base para ignorar e controlar o meio ambiente. Colaborando para o cenário atual, onde o uso de recursos naturais na produção industrial e na manutenção do sistema mercantil são indispensáveis. Contribuindo assim para a criação do status de sociedade contemporânea, onde o ganho e a formação do pensamento crítico acerca de assuntos que emergem desigualdade e fatores de perigo tornou-se a base que sustenta a sociedades ao redor do mundo.

Para isso, como função integrante da sociedade contemporânea, existe o direito de escolha individual, onde se opta pelo o que se quer ou não assumir, realizar e desenvolver.

Ainda assim, ao abordar a sociedade a partir do risco, não há escolha. Quanto a isso, Beck (2011, p. 27) inclui:

[...] riscos, da maneira como são produzidos no estágio mais avançado do desenvolvimento das forças produtivas – refiro-me, em primeira linha, à radioatividade, que escapa completamente à percepção humana imediata, mas também às toxinas e poluentes presentes no ar, na água e nos alimentos e aos efeitos de curto e longo prazo deles decorrentes sobre plantas, animais e seres humanos. (BECK, 2011, p. 27).

Dessa forma, a população mundial hoje vive a realidade do risco presente em seu cotidiano. Pois, conforme Beck (2011), ao consumir alimentos, beber água e respirar, a sociedade está em nível de igualdade na proporção de risco.

Sobre isso, Lúhan e Echeverría (2009 apud DELEVATI, 2012), apresentam a formação de um campo científico que deveria quantificar, identificar e regular os riscos da tecnologia que hoje é desenvolvida. Atribuindo a esse campo a denominação de verificação de riscos, compreendendo um núcleo de estudos para totalizar os riscos expostos através da tecnologia, e a aplicação de políticas públicas para a formação disso seria denominada como gestão de risco.

Assim, Coma (2005) também traz a comunicação de risco como um fator principal na conscientização da população e que deve ser consolidada no meio acadêmico, ressaltando o caráter da transversalidade inerente ao assunto. A comunicação de risco estabelece um parâmetro para atuação de entidades sociais, científicas e jornalísticas, a fim de conscientizar sobre os riscos, conforme DELEVATI (2012, p. 40), “[...] é tornando os riscos visíveis na agenda da mídia que é possível reduzir estes riscos.”. Para isso, é essencial que a comunidade científica e a jornalística, trabalhem unidas e não isoladas, como parece acontecer atualmente.

Para o campo, Delevati (2012) ainda ressalta o processo da comunicação de risco apresentando os seguintes pontos essenciais para a formação: o público em geral, as comunidades locais afetadas, as autoridades públicas, os profissionais da indústria, os especialistas das organizações civis e do meio ambiente e os meios de comunicação. Com todas as categorias contempladas, a consciência acerca dos riscos que afetam a sociedade tomaria o devido grau de relevância cotidiana reservado a ela. Sobre isso, Beck (2011) também acrescenta que “[...] conseqüentemente, o potencial político da sociedade de risco tem de se desdobrar e ser analisado numa sociologia e numa teoria do surgimento e da disseminação do conhecimento sobre os riscos.” (BECK, 2011, p. 28).

Nesse sentido, Beck também ressalta a autodestruição como um fator desencadeador na observação de riscos na sociedade. Para isso, é também feita a análise não somente pelos mais afetados, como as classes de menor poder na sociedade, mas também por aqueles que

influenciam na criação de riscos e, que, conseqüentemente, estão em situação de privilégio.

Segundo Beck:

[...] com a distribuição e o incremento dos riscos, surgem situações sociais de ameaça. Estas acompanham, na verdade, em algumas dimensões, a desigualdade de posições de estrato e classe social, fazendo valer entretanto uma lógica distributiva substancialmente distinta: os riscos da modernização cedo ou tarde acabam alcançando aqueles que os produziram ou lucram com eles. Eles contêm um efeito bumerangue, que implode o esquema de classes. Tampouco os ricos e poderosos estão seguros diante deles. (BECK, 2011, p. 27).

Dessa forma, a análise acerca dos riscos e da forma como estes são gerados e gerenciados no cotidiano da população ainda requer uma busca pela conscientização e informação. Sobre isso, Beck (2011) traz o conceito do déficit do pensamento social. Ao dizer que, mesmo com o impacto ambiental da indústria e a destruição da natureza, ainda falta um pensamento social sobre as questões do risco, pois atualmente essas questões são atribuídas a diferenciados campos específicos, mas que não tratam de uma ideia social. Ainda inclui que se torna grotesco a falta de percepção nesse sentido, ainda mais por parte de sociólogos.

4. Meio ambiente

A definição sociológica acerca do meio ambiente caracteriza-se por expressivas correntes que ao longo do tempo sofreram diversas transformações, disseminando pensamentos para possibilitar a discussão variada sobre a constituição da questão sociológica ambiental e da formação de um pensamento voltado às causas ambientais a partir da construção do movimento ambientalista.

Segundo Haninngan (1995), o marco da expressividade ambientalista se dá na década de 1970, quando ocorreu a realização do Earth Day, que o autor considera a “abertura para o decênio ambiental”, caracterizado pelo chamado dia 1º do ambientalismo.

Conforme Fleury, Almeida e Premebida (2014), as metodologias acerca da questão ambiental problematizam, ao longo do desenvolvimento de estudos, diversas vertentes sociológicas resgatadas para contextualizar a relação sociedade/natureza. Ainda assim, a busca pela formação sociológica das mais diversas vertentes acabam por caracterizar o estudo da Sociologia Ambiental. Conforme os autores, a procura por formar uma unidade expressiva de a partir dos mais variáveis formatos de pensamento sociológico, conceitua a Sociologia Ambiental. O que cabe ao fato do estudo extrapolar os limites de diversas correntes, por ser de grande abrangência e profundidade quando analisado na estrutura da sociedade.

Segundo Fleury, Almeida e Premebida (2014), a análise individual da sociedade e da

natureza, como agentes distintos, é abordada na caracterização da questão ambiental em diferentes análises de diferentes sociólogos. Mas, conforme observam os autores, o meio ambiente ocupa o papel da formação do conjunto de todos os segmentos constitutivos da sociedade. O que, conforme Hannigan (1995), ao ser abordado a partir de certo parâmetro acaba se exaurindo sem atingir os objetivos necessários na observação da questão ambiental.

Ainda assim, ao discutir a formação das causas e problemas ambientais, Hannigan (1995) propõe uma análise voltada ao contexto como um todo, expondo um olhar ambientalista a partir dos diversos atores sociais e conhecimentos de cada ser constituinte da sociedade atual, abrindo espaço para outro desenvolvimento acerca dos estudos ambientais.

Desse modo, torna-se viável a busca para ampliar a concepção do todo que as questões ambientais envolvem, como economia, cultura e formação social, pontos indissociáveis das discussões acerca de meio ambiente, já que “[...] está na raiz da sociologia ambiental a constatação de que sociedade e natureza devem ser analisadas de forma interligada.” (FLEURY, ALMEIDA E PREMEBIDA, p. 37).

Dessa forma, ao observar a formação do movimento ambientalista no Brasil, segundo Acserald (2010), surge uma estrutura que desenvolve parâmetros comuns de relevância em busca de sincronia com o movimento ambientalista e o ativismo sindicalista. Formatando a participação social de classes fortemente envolvidas nas questões ambientais, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais sem Terra, o Movimento dos Atingidos por Barragens e demais ações comunitárias de periferias, além da participação do movimento indígena. Caracterizando assim, a participação social na centralidade das problemáticas ambientais, formando um contexto onde o meio ambiente toma caráter principal em uma organização social, com o devido envolvimento econômico que demanda a abordagem ambiental.

Ainda assim, conforme Acserald (2010), a busca do movimento ambientalista no Brasil acaba se modificando perante a análise de alguns especialistas, que apontam a década de 1990 como um período onde a discussão sobe a substituição de um ambientalismo contestatório por um ecologismo de resultados, voltado para a causa pragmática e tecnicista, torna-se acalorada. Por outro lado, o autor também expõe que o período acabou se caracterizando por uma ação contrária. Conforme Acserald:

[...] no entanto, essa impressão não foi generalizada, dado que alguns atores – e autores – sustentam ter ocorrido, isso sim, um movimento de neutralização das lutas ambientais, empreendido por organismos multilaterais, empresas poluidoras e governos, esforço esse que teria sido bem-sucedido apenas junto ao que chamam de “ecologismo desenraizado”, desprovido de maiores vínculos com movimentos sociais. (ACSERALD, 2010, p. 68).

Ainda assim, a discussão sobre a questão ambiental está presente na vida social a todo

o momento, isso denota a importância da mesma na constituição da sociedade na qual se vive, especialmente frente aos desastres ambientais. Sobre isso, Almeida e Premebida (2014) pontuam que, a humanidade por ser também construtora de realidades, conseqüentemente, incide sobre o meio ambiente, fazendo com o que o mesmo se modifique e, de certa forma, responda sobre as ações humanas. Quanto a isso, os autores também debatem sobre a ética da finitude, que contrapõe as falas ligadas ao ecologismo e sustentabilidade. O que, de certa forma, é uma construção humana com a finalidade de estabelecer uma ordem menos prejudicial, mas ainda assim, não efetiva ao que diz sobre a questão ambiental.

Sobre isso, também acrescenta-se outros modos de observação da questão ambiental, como abordagem de risco, impacto sobre a natureza e a própria formação sociedade/natureza, que, segundo Almeida e Premebida (2014), deve ser analisada a partir de estudos ligados tanto às áreas das ciências sociais, como das exatas e biológicas, formando assim a devida profundidade para conceituar o atrito e a relação de finitude dos recursos naturais com as invenções tecnológicas do homem.

5. Metodologia

Com a análise da abordagem noticiosa na editoria ambiental, parte-se da ideia de que o compromisso social deveria ser prestado atentando-se aos riscos como um valor-notícia a ser enquadrado na cobertura cotidiana da editoria. Assim, ao observar o Portal de Notícias G1, examina-se o aprofundamento de pautas ambientais após a ocorrência dos fatos e a presença ou não de notícias com caráter de aviso, com aprofundamento nos riscos antes mesmo de o fato ocorrer. Dessa forma, a problemática da pesquisa é: o texto jornalístico aborda os riscos ou faz a espetacularização da notícia sobre meio ambiente?

A intencionalidade aplicada ao objeto de estudo em questão trata justamente da escolha da autora sobre textos que tragam conteúdo de caráter de risco ambiental. Quanto a esse aspecto, Herscovitz (2010) ressalta que a busca por categorização dentro do objeto e sua delimitação são técnicas aplicáveis à metodologia utilizada nesta construção, que é a Análise de Conteúdo.

Conforme Herscovitz (2010), a Análise de Conteúdo é o método científico aplicável às pesquisas no campo da comunicação que melhor satisfaz a necessidade de observação dos objetos, tanto em pesquisa de natureza quantitativa como em qualitativa, que é a proposta apresentada neste trabalho. Para isso, Herscovitz (2010, p. 123) ressalta que, “[...] amplamente empregada nos vários ramos das ciências sociais empíricas, a análise de conteúdo revela-se como um método de grande utilidade na pesquisa jornalística.”

Com isso, a caracterização tona-se um dos pontos aplicáveis na análise intencional do objeto. Que será realizado neste trabalho contemplando pontos abordados a partir de textos jornalísticos em notícias sobre meio ambiente analisadas na esfera do emissor, no Portal de Notícias G1, escolhido por se tratar de um dos mais populares sites de notícias do país. Assim, ao categorizar a coleta para a análise de conteúdo, busca-se contemplar o que é proposto neste trabalho, desenvolvendo a observação direta a partir do texto e a análise a partir de três categorias-chave de percepção latente, sendo elas: valor-notícia, risco e silenciamento. Para a descrição dos aspectos analisados, serão selecionados textos que tratem de meio ambiente, com apelo social e ligado à percepção de risco, na cobertura cotidiana do Portal, ao longo da elaboração da pesquisa.

Com intuito de verificar a validade conceitual do estudo a partir da metodologia aplicada, será realizada uma análise prévia de uma notícia, publicada no Portal G1, em 08 maio de 2018, com a seguinte manchete: “Comissão da Câmara debate projeto que limita atuação de órgãos de controle na liberação de agrotóxicos”. A notícia trata dos trâmites políticos para a aprovação de um projeto que flexibiliza a legislação quanto à liberação de agrotóxicos. A proposta é criar um registro prévio para a utilização de substâncias em culturas agrícolas sem que seja concluída a análise de órgãos como Ibama e Anvisa. Com isso, ficaria a cargo do Ministério da Agricultura conceder os registros prévios em prazo muito menor do que o aplicado atualmente. Também, a notícia relata a proposição de alteração do nome agrotóxico para produtos fitossanitários, como um dos pontos tratados no relatório.

6. Análise prévia

Para testar a aplicabilidade do método, será feita uma análise prévia de objeto a partir das categorias apontadas anteriormente, com a finalidade de verificação do estudo em desenvolvimento. A denominação utilizada para a descrição do material analisado será notícia 01², apontando os dados coletados a partir das categorias-chave: risco, silenciamento e valor-notícia.

A notícia 01 trata de assunto voltado a pauta ambiental, em cobertura cotidiana no Portal de Notícias G1, publicada em maio de 2018. Com caráter de validação da proposta a ser desenvolvida ao longo do trabalho de conclusão de curso de Jornalismo, a amostra segue o padrão apresentado, a partir da metodologia de Análise de Conteúdo.

Ao analisar o texto da notícia 01, percebe-se que o tratamento dado à pauta se prende

² Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/comissao-da-camara-debate-projeto-que-limita-atuacao-de-orgaos-de-controle-na-liberacao-do-registro-de-agrotoxicos.ghtml>>. Acesso em: 03 jun. 2018.

ao factual, que segundo Massierer (2011), é um costume do fazer jornalístico em assuntos que tratem de meio ambiente. Nesse sentido, ao invés de buscar contextualizar a situação relatada no texto da notícia 01, que trata da flexibilização da Lei dos Agrotóxicos, vê-se a predominância do uso de fontes oficiais, que no caso aplica-se ao relator do projeto na Câmara dos Deputados, ao qual dá-se mais voz do que a qualquer outro recurso ao longo do texto. Quanto a isso, a pauta pouco é aprofundada, deixando a abordagem de risco difusa. Apenas no final do texto nota-se um recurso de contextualização que oferece dados sobre a atual situação do uso e as possíveis mudanças.

No restante da estrutura noticiosa, a construção prende-se mais no tratamento político, que é ligado a editoria onde a notícia foi publicada e, também, é concedido pouco espaço para os órgãos legais afetados citados no texto, como Anvisa e o Ministério da Agricultura, aos quais não é utilizado nenhum recurso de fonte, somente um posicionamento público divulgado junto com a decisão de criação da Comissão da Câmara para tratar da flexibilização. Segundo Girardi (2012), este fator é característico de notícias que acabam ampliando o silenciamento em torno de assuntos ligados ao Jornalismo Ambiental e que são relevantes para a sociedade, muitas vezes caracterizados pelo risco, que ao longo deste estudo é proposto como um fator ligado ao valor-notícia.

Ao tratar disso, Delevati (2012) esclarece que a Comunicação de risco na abordagem noticiosa torna-se indispensável, justamente por atuar pelo esclarecimento de situações que tratam do meio ambiente e não estejam no entendimento da população. Para isso, a autora defende a utilização de fontes oficiais, especializadas e afetadas, dando subsídio para a compreensão da sociedade acerca de um determinado assunto, o que não foi concluído na análise da notícia em questão.

7. Considerações finais

Com o desenvolvimento deste estudo foi possível para a autora criar uma nova forma de identificação acerca de questões sociais, ambientais e jornalísticas. Na busca pelo tratamento devido ao Jornalismo Ambiental no fazer cotidiano atual jornalístico, ficou clara a necessidade de pensadores, estudiosos e defensores do campo para a reestruturação de um profissionalismo e comprometimento com as questões que afetam a sociedade e o planeta como um todo.

Além do desenvolvimento de um projeto de pesquisa, que servirá de base para um trabalho de conclusão de curso, a formulação deste estudo serviu também como análise crítica do campo ao qual se irá seguir profissionalmente.

Através de estudos voltados para Comunicação de risco, Jornalismo Ambiental e a aplicabilidade jornalística em contexto social e ambiental, tornou-se possível propor uma pesquisa acadêmica dedicada a discussão do papel de cada estudante e profissional da área da Comunicação para com assuntos que denotem preocupação, apelo e interesse. Para isso, tornar a Academia um espaço dedicado ao fazer científico é um passo relevante para oportunizar estudos como este.

Assim, conclui-se que a análise feita e a proposta do trabalho tornam-se um debate presente no campo da Comunicação e persistente nas questões sociológicas a qual o campo está ligado.

Referências

ACSERALD, Henry. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 103-119.

ALMEIDA, Jalcione; PREMEBIDA, Adriano. Histórico, relevância e exploração ontológicas da questão ambiental. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 16, n 35, p. 14/33, jan/abril 2014.

BECK, Ulrich. **Sociedade de Risco: rumo a outra modernidade**. São Paulo: Editora 34. 2 Ed. 2011.

BELMONTE, Roberto Villar. Uma breve história do Jornalismo Ambiental brasileiro. **Revista Brasileira de História da Mídia**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 110-125, jul./dez. 2017.

COMA, Jordi Farré. Comunicación de riesgo y espirales del miedo. **Comunicación y Sociedad**, Guadalajara, n. 3, p. 95 e 119, enero/junio 2005.

DELEVATI, Ananda. **Comunicação de risco e cobertura de desastres: o campo jornalístico e as fontes especializadas**. 2012. 139 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Comunicação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012.

FLEURY, Lorena Cândido; ALMEIDA, Jalcione; PREMEBIDA, Adriano. O ambiente como questão sociológica: conflitos ambientais em perspectiva. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 16, n. 35, p. 34-82, jan/abril 2014.

GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; SCHWAAB, Reges; MASSIERER, Carine; LOOSE, Eloisa Beling. Caminhos e descaminhos do Jornalismo Ambiental. **C&S**, São Bernardo do Campo, v. 34, n. 1, p. 131-152, jul./dez. 2012.

GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; LOOSE, Eloisa Beling; BAUMONT, Clarissa Cerveira. **Ecos do Planeta: Estudos sobre Informação e Jornalismo Ambiental**. 1 ed. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2011.

G1. **Comissão da Câmara debate projeto que limita atuação de órgãos de controle na liberação do registro de agrotóxicos.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/comissao-da-camara-debate-projeto-que-limita-atuacao-de-orgaos-de-controle-na-liberacao-do-registro-de-agrotoxicos.ghtml>>. Acesso em: 03 jun. 2018.

HANNIGAN, John A. **Sociologia Ambiental: a formação de uma perspectiva social**. Lisboa: Instituto Piaget. 1997.

HERSCOVITZ, Análise de Conteúdo em Jornalismo. In: LAGO, Claudia; BENETTI, Marcia (Org.). **Metodologia de pesquisa em Jornalismo**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 123-142.

LOOSE, Eloisa Beling; BELMONTE, Roberto Villar; CAMANA, Ângela. A (não) cobertura dos riscos ambientais: debate sobre silenciamentos do Jornalismo. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 24, n. 3, set./out/nov. 2017.

LOOSE, Eloisa Beling; CAMANA, Ângela. Reflexões sobre o papel do Jornalismo Ambiental diante dos riscos da sociedade contemporânea. **Observatório (OBS*) Journal**, v. 6, n. 2. 2015.

MASSIERER, As rotinas de produção jornalística como o novo vilão do meio ambiente. In: GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; LOOSE, Eloisa Beling; BAUMONT, Clarissa Cerveira (Orgs.). **Ecos do Planeta: Estudos sobre Informação e Jornalismo Ambiental**. 1 ed. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2011. p.11-30.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: a tribo jornalística uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Editora Insular. 3. Ed. 2013.